



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 124

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 124

102ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Termo de Reassunção ao Cargo

de Presidente 02

Ato do Presidente..... 02

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. José Domingos Scarpellini 10

Dep. Jocelito Canto..... 11

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 11

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto..... 13

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 14

Discussão / Votação:

Redação Final 14

3ª Discussão 15

2ª Discussão 15

1ª Discussão 15

Requerimentos 19

Encerramento da Sessão 20

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 20

Atas de Comissões

Constituição e Justiça. 20

Orçamento 22

Termo de Reassunção ao Cargo de Presidente:

TERMO DE REASSUNÇÃO AO CARGO DE PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO HERMAS EURÍDES BRANDÃO

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e seis o Excelentíssimo Senhor Deputado Hermas Eurídes Brandão reassumiu, na forma regimental, o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o qual estava sendo exercido pelo Senhor Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Primeiro Vice-Presidente.

Eu, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Excelentíssimos Senhores Deputados Hermas Eurídes Brandão e Pedro Ivo Ilkiv.

Curitiba, 08 de novembro de 2006.

(a) HERMAS BRANDÃO

Ato do Presidente:

ATO DO PRESIDENTE Nº 07/06

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme requerimentos recebidos pela Mesa, no dia 11 de setembro de 2006, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Moura, Delegado Bradock, Nelson Garcia, Cida Borghetti, Elza Correia, Luiz Accorsi, Jocelito Canto, Rafael Greca, Cleiton Kielse, Hermes Fonseca, Geraldo Cartário, Vanderlei Iensen, Miltinho Pupio, Caíto Quintana, Francisco Bühner, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori, Alexandre Curi, José Domingos Scarpellini, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Marcos Isfer, Plauto Miró Guimarães,

Ratinho Júnior, Waldir Leite, Reni Pereira, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Arlete Caramês, Ailton Araújo, Tadeu Veneri, Augustinho Zucchi e Durval Amaral, composta por 07 (sete) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para averiguar denúncias sobre a existência de grampos telefônicos no âmbito do Estado do Paraná, nos últimos 12 (doze) anos e, também, investigar e apurar a possibilidade de envolvimento do Governo do Estado, em esquema de escuta telefônica ilegal, tendo em vista que investigação da Promotoria de Investigação Criminal - PIC, culminou com a prisão, entre outras pessoas do Sr. Décio Augusto Rasera, investigador da Polícia Civil do Estado, que prestava serviços junto à Assessoria Especial do Governador.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.11.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

DIÁRIO Nº 124

102ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Nelson Garcia e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elza Correia, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin e Tadeu Veneri (16).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 3084/06-GS/SEED, do Sr. Joécio Luiz Kloss, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre o resultado do recurso apresentado pelos Servidores Assistentes Administrativos do Estado do Paraná, que foram demitidos em dezembro de 2005. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

O Sr. Luiz Forte Netto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminha resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Elio Rusch, Neivo Beraldin e Nelson Justus, que pedem esclarecimentos sobre o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 011/06/SR Curitiba do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente Regional de Negócios de Curitiba da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos, no valor de R\$ 78.156,00 (setenta e oito mil cento e cinquenta e seis reais). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000935/06, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE, do Ministério da Educação,

informando liberação de recursos financeiros para os Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento junto à Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 618/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando a celebração de convênio e liberação de recursos. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação dos Projetos nºs 38/05 e 434/06, que objetivam instituir normas para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito estadual.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 25 de novembro a 08 de dezembro de 2006, para, representando esta Casa, integrar a comitiva do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião na missão empresarial e institucional, em Lyon na França, e Reunião na Nasa, em Cabo Canaveral, EUA, no intuito de realizar atividades de interesse público e grande relevância para o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 2381

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do casal Anselmo Correia de Lima, Maria Adair e de seu filho Marcelo, ocorridos em 31 de outubro do corrente ano, na cidade de Guaraniaçu.

Requer ainda, que seja dada ciência aos familiares enlutados por intermédio do Vereador Olmir Santin, enviando correspondência à Rua Eldoxio Antônio Badotti, 34-B, CEP 85.400-000, Guaraniaçu-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Guaraniaçu está chocada com a crueldade que tirou do convívio dos amigos e familiares o

Sr. Anselmo Correia de Lima, sua esposa, Dona Maria e o jovem Marcelo, filho do casal. O momento é de indignação e profunda tristeza, sentido por todos aqueles que os conheceram e principalmente por aqueles que os amaram.

Seu Anselmo, o popular Ximbo, deixa saudades nos companheiros do CTG, que dividiram com ele a alegria de participar dos rodeios e torneios de laço da região. Ficam na memória da população de Guaraniaçu as imagens de pessoas igualmente alegres, que estiveram sempre presentes nos eventos do município.

Três pessoas honestas, batalhadoras e muito unidas, que juntas conquistaram a admiração dos mais próximos, pelo caráter solidário e despretensioso de suas ações, pelo amor fraternal que demonstravam entre si e que dedicavam aos amigos e parentes.

Que Deus proporcione todo o conforto necessário aos familiares e amigos, que se encontram desconsolados diante do infausto acontecimento.

À Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cabe cumprir o doloroso dever de enviar à família enlutada sinceros votos de condolências.

REQUERIMENTO Nº 2404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pelos 60 anos de criação do Departamento de Estradas de Rodagem, a ser comemorado no próximo dia 18 de dezembro. O Departamento de Estradas de Rodagem, durante esses sessenta anos de atividades, foi um dos responsáveis pelo diferencial do grande progresso conseguido pelo Estado do Paraná entre os demais representantes da União, proporcionando as melhores condições para que as nossas riquezas trafegassem pelas nossas estradas, levando o desenvolvimento a todas as regiões do Estado.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Pedro Cecosi de Lima, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o

douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Egon Fernando Selow, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Guimarães Taborda Bueno, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Guivan Bueno, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Marcos Aurelio Lucca, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconheci-

mento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Ivan Ângelo Dallolmo, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. José Eduardo Muffato, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2391

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Gerci Volpato, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Evaldo Antonio Buschle Neto, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2393

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconheci-

mento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Pedro Martini, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2394

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Francisco Chambó, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. José Luiz Nucete Alarcon, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Denis Richelis Consolaro, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal

encaminhado ao Sr. Pedro Stresser, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Martin Heinz Schmidt, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a conclusão da estrada “caminhos da educação”, ligando a sede do município de Brasilândia do Sul ao Distrito de Ercilândia, com extensão de cerca de treze quilômetros, no município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Brasilândia do Sul, Sr. Luiz Bart Moreti (Brasilândia do Sul - Paraná - CEP: 87.595-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Auxiliadora Medeiros (Câmara Municipal - CEP: 87.595-000).

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se da única ligação da sede do Município com o Distrito, no qual residem aproximadamente trezentas famílias. A falta de conclusão desta obra, dificulta muito o trânsito em dias chuvosos.

REQUERIMENTO Nº 2382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29 de janeiro de 2003:

- quais os valores de recursos do SUS recebidos pelo Governo do Estado do Paraná no presente ano;

- se o repasse dos citados recursos tem sido efetuado com regularidade e pontualidade pelo Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 521/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores Sete de Setembro, com sede em Porto Barreiro e foro em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pequenos Agricultores Sete de Setembro, com sede em Porto Barreiro e foro em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, sem fins lucrativos, tem por principal objetivo a tutela dos membros do Acampamento de Porto Pinheiro, no município de Porto Barreiro, e para tanto, tem dentre suas finalidades:

- a) promover o desenvolvimento do acampamento através da realização de obras e ações;
- b) representar a comunidade, no atendimento de suas reivindicações;
- c) proporcionar melhoria nas condições de vida dos associados e da comunidade, estimulando sua integração;
- d) promover atividades assistenciais;
- e) lutar por política agrária que beneficie o pequeno agricultor.

Infere-se por meio do relatório de atividades do último ano que a Associação desempenha atividades de integração junto à população local, incentivando a produção agrícola (especialmente produção leiteira e plantio de árvores frutíferas) e representando os interesses dos agricultores junto.

Donde se conclui que a Associação de Pequenos Agricultores Sete de Setembro tem esforços voltados ao desenvolvimento social da comunidade, sobretudo através do desenvolvimento da agropecuária.

A Associação de Pequenos Agricultores Sete de Setembro preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Registro Civil de Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica, prestando desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, Ata de Eleição da Diretoria atual, bem como o Relatório de Atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 522/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida, com sede em Boa Vista da Aparecida e foro na Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Boa Vista da Aparecida, com sede em Boa Vista da Aparecida e foro na Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, sem fins lucrativos, tem por principal objetivo a promoção do desenvolvimento cultural e artístico no município de Boa Vista da Aparecida, para tanto, tem dentre suas finalidades:

- a) realizar estudos, conferências, palestras, atividades culturais, aprimorando o desenvolvimento educacional dos jovens locais;
- b) promover atividades artísticas e culturais no âmbito da comunidade;
- c) realizar feiras de livros, exposições artísticas e shows culturais;
- d) conscientizar as autoridades constituídas acerca da necessidade de reconhecimento dos valores culturais;
- e) preservar a imagem e a cultura do município;
- f) incentivar, promover e editar a publicação e difusão de eventos culturais, artísticos e educacionais.

Infere-se por meio do relatório de atividades do último ano que a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida desempenha atividades de integração junto a população local, incentivando e desenvolvendo programas sociais e afins.

Donde se conclui que a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida tem esforços voltados ao desenvolvimento social da comunidade, sobretudo através do desenvolvimento e propagação da cultura.

A Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida preenche os requisitos exigidos para sua declaração de Utilidade Pública Estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Registro Civil de

Títulos e Documentos da Pessoa Jurídica, prestando desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, Ata de Eleição da Diretoria atual, bem como o Relatório de Atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 523/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Reserva, uma Ciretran, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - Detran.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação deste projeto de lei é de proporcionar à comunidade de Reserva um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, tendo em vista o crescimento do município de Reserva e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Hoje, passados 22 anos da criação das Ciretran's no Estado do Paraná, as estatísticas demonstram, não só o crescimento populacional, como aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Diante desta situação é que se faz necessário a criação de uma Ciretran no município de Reserva.

Considerando a relevância do benefício para aquela progressiva região do nosso Estado, esperamos contar com o apoio das Sras. e Srs. Deputados para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 524/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Superintendência Regional DER/Paraná do Sudoeste do Paraná com sede em Pato Branco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As grandes mudanças estruturais de ordem política, econômica e social vividas pela sociedade colocam o Estado em inúmeros desafios. Mas talvez nenhum deles

seja, no momento atual, mais ansiosamente esperado pela sociedade sudoestina que o desafio de criar a Superintendência Regional do DER/Paraná, em exemplos concretos de modernidade e democracia.

Trata-se reconhecidamente, de processo longo e difícil de ser cunhado através de imposições normativas instantâneas, pois envolve, antes de tudo, uma mudança cultural que apenas se dá por um esforço amplo e contínuo não só da administração do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) mas, também do cidadão de toda a progressista região do Sudoeste do Paraná, no sentido de resgatar e revalorizar a imagem da prestação de serviço público com 1.250 Km de rodovias pavimentadas.

Feitas essas considerações iniciais, é com enorme satisfação que esperamos o acolhimento deste projeto de lei pelos Srs. Deputados, pois, o Paraná possui 5 (cinco) Superintendências Regionais, sendo que o Sudoeste com quarenta municípios é o único que não possui superintendência. Trata-se de projeto de lei verdadeiramente importante na medida em que avança para adaptar ao momento histórico, acolhendo as significativas mudanças sociais.

Que seria de um país sem estradas bem administradas? Como se locomoveriam os homens? Como se transportariam as riquezas? Neste século de velocidade seria na realidade, um anacrônico, o estadista que não visse na rodovia o meio mais importante e mais necessário ao progresso do Paraná.

É por pensarem que os administradores públicos, dignos desse nome, vem dando o máximo de suas atenções a tão relevante programa, qual o de dotar a rica região Sudoestina com quarenta municípios importantes e 1.250 Km de rodovias pavimentadas com a criação da Superintendência Regional. Bem inspirados estão aqueles que se batem por esta realização, criando a Superintendência que permitirá ascender a passos largos na vida do progresso.

Nossos aplausos calorosos, a todos aqueles que se bateram e continuam pleiteando esta obra da Superintendência Regional do DER do Sudoeste do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 525/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o inciso XI, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 14 ...

XI - Classificados quanto à espécie como motocicletas cujos motores não excedam a 125 cilindradas”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoioamento:

Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração legislativa faz-se necessária, isso em razão da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que isentou do pagamento do IPVA os veículos classificados quanto à espécie como motocicletas cujos motores não excedam a 125 cilindradas com mais de dez anos de uso, discriminando-se das demais motocicletas com menos de dez anos de uso.

Nesse contexto a presente proposição sana essa diferenciação discriminatória e infundada, onde coloca em pé de igualdade todas as motocicletas da mesma categoria, alterando o artigo 14, XI da Lei nº 14.260 para realizar essa padronização.

Diante do exposto, esperamos o apoio dos demais Pares desta Casa, para que, as empresas paranaenses possam beneficiar-se desse programa.

PROJETO DE LEI Nº 526/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultura Franciscana, mantenedora do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, com sede no município de São Miguel do Iguaçu e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultura Franciscana, mantenedora do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, com sede no município de São Miguel do Iguaçu e foro na cidade de São Paulo, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a assistência social, a educação, a saúde, a cultura, a pesquisa, a ecologia e outras atividades beneficentes, visando o desenvolvimento social da comunidade de São Miguel do Iguaçu e região.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 527/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultura Franciscana, mantenedora do Centro de Formação Nossa Senhora da Paz, com sede no município de Ponta Grossa e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultura Franciscana, mantenedora do Centro de Formação Nossa Senhora da Paz, com sede no município de Ponta Grossa e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a assistência social, a educação, a saúde, a cultura, a pesquisa, a ecologia e outras atividades beneficentes, visando o desenvolvimento social da comunidade de Ponta Grossa e região.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 528/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica isenta a saída interna de óleo diesel destinado ao consumo de embarcações pesqueiras nacionais registradas neste Estado, junto à Capitania dos Portos e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, atendido ao disposto no Regulamento do ICMS.

Art. 2º O benefício previsto pelo artigo 1º será operacionalizado mediante ressarcimento, pela refinaria de petróleo ou suas bases estabelecidas neste Estado ao fornecedor do óleo diesel, do valor correspondente à isenção do imposto.

§ 1º O valor do ressarcimento poderá ser abatido pela refinaria de petróleo ou suas bases estabelecidas neste Estado, do imposto devido ao mesmo Estado a título de substituição tributária.

§ 2º O valor a ser ressarcido, por litro, em cada operação, será o resultante da aplicação da alíquota interna do óleo diesel sobre o preço a consumidor final, divulgado na forma do Regulamento.

Art. 3º O Governo do Estado do Paraná regulamentará por Decreto todas as normas necessárias para a concessão do benefício estabelecido nesta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

É sabido que uma das atividades de renda familiar de milhares de famílias é a pesca praticada no litoral paranaense por trabalhadores que se sucedem de geração em geração. Também é sabido, que a pesca artesanal é

sazonal e que o pescado consegue no máximo a sustentação da família.

Em muitas atividades mais lucrativas, o Governo do Estado tem oferecido incentivos, como forma de permitir o crescimento da atividade e a geração de empregos. É elogiável tal concessão, no entanto, entendemos que a pesca é uma forma de subsistência de homens e mulheres que tiram do mar a forma de sobreviver.

O Estado do Paraná é signatário do protocolo ICMS 08/96, firmado para estabelecer procedimentos operacionais, constante do Convênio ICMS 58/96, de 31 de maio de 1996.

O presente projeto de lei reporta à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná o estabelecimento de normas para concessão do benefício, que é menos abrangente do que o referido convênio e seguramente estabelecerá condições para que apenas pescadores litorâneos, devidamente registrados junto à Capitania dos Portos e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, possam ser atendidos pelo benefício ora proposto.

Não é demais explicitar uma vez mais, que o artigo 3º deste projeto remete ao Governo do Estado a regulamentação da lei, evitando assim qualquer alegação de invasão de competência legislativa em questões tributárias.

Em enfoque específico, não se pode esquecer as características de nosso litoral, que fora a pesca pouco oferece em termos de emprego de subsistência aos moradores mais humildes, que tem como tradição a pesca artesanal.

PROJETO DE LEI Nº 529/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade denominada Associação Comercial e Empresarial de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição legislativa faz-se necessária, isso em razão de a Associação Comercial e Empresarial de Prudentópolis, criada em 04 de agosto de 2000, situada em Prudentópolis na Rua São Josafat esquina com a Avenida São João nº 682, 1º andar, centro, ser uma instituição sem fins lucrativos ou econômicos, e ainda, desenvolver em caráter regional atividades que busquem ou promovam e apóiem iniciativas que visem o desenvolvimento regional, estimulando o espírito de solidariedade entre as classes econômicas.

Diante do exposto, esperamos o apoio dos demais Pares desta Casa, para que, as empresas paranaenses possam beneficiar-se desse programa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

***Deputado José Domingos Scarpellini
(PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada:

Estamos com um projeto de lei que foi apresentado a esta Assembléia por este Deputado, que assinou em conjunto com o Deputado Hermas Brandão. É o Projeto de Lei nº 760/05, que estabelece que os proprietários de veículos automotores que não cometerem infração durante o ano terão um desconto no pagamento do IPVA e esse desconto será de 10% no primeiro ano para quem não cometer nenhum tipo de infração, depois no segundo ano de 15% e no terceiro ano sem infração 20% e com isso os bons serão beneficiados, os bons terão esta vantagem pecuniária no recolhimento do IPVA.

Fomos ao Rio Grande do Sul a pedido do Deputado Hermas Brandão no ano passado e lá na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul constatamos que esta medida beneficiou milhares de proprietários de veículos no Rio Grande do Sul. Já é lei para os rio-grandenses e lá está funcionando maravilhosamente bem. Pretendemos que esse projeto seja votado aqui na Assembléia Legislativa do Paraná para podermos, a exemplo daquilo que ocorre na terra gaúcha, também ver aqui na terra das araucárias os bons sendo beneficiados por essa lei.

E apresentamos hoje, em conjunto também com o Deputado Hermas Brandão, um projeto de lei que vai beneficiar todos os proprietários de motocicletas até 125CC que hoje possuem já por lei isenção de pagamento do IPVA após o décimo ano de uso da motocicleta. Ora, após o décimo ano de uso, uma motocicleta 125CC, estamos dando isenção do quê, porque a motocicleta já vai estar com o valor tão baixo que o IPVA será baixíssimo, se ainda estiver em circulação, porque a maioria dessas motocicletas é usada para o trabalho e no trabalho o desgaste é muito maior, porque o uso é contínuo, permanente, em chuva, sol e barro, seja nas periferias de Curitiba ou nas periferias do interior, o desgaste é muito grande.

Então, estamos propondo que a isenção do IPVA passe a partir do primeiro ano, Deputado Rossoni, para que esses motoqueiros que trabalham aí de motoboys e que, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses motoqueiros que são conhecidos como motoboys, eles

são em estado permanente uma microempresa em deslocamento. Estamos votando em nível nacional uma lei que beneficia as microempresas, esses motoboys que trabalham e que contribuem e muito com o desenvolvimento e com o nosso trânsito, porque se não fossem os motoboys o congestionamento do trânsito seria ainda muito maior do que é hoje, porque com a presença das motocicletas, nós vimos aliviar e muito o tráfego de carros pelas ruas de Curitiba.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses dois projetos que estamos apresentando, um já está para vir a votação e o outro para ir para a CCJ e depois para a Comissão de Finanças, e virá ao plenário ainda este ano. Nós esperamos que a Assembléia Legislativa do Paraná se sensibilize com essas duas medidas que visam beneficiar o trânsito e aqueles que não cometem infrações de trânsito, que são os que serão beneficiados com o desconto do IPVA, e os motoboys que serão isentos dos pagamentos de IPVA's até 125 cilindradas. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eram essas as nossas ponderações para o Pequeno Expediente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A pergunta é a seguinte: quem é que paga o prejuízo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, valorosos membros da imprensa, quem vai pagar o prejuízo? Porque quando se tem uma afirmação ou quando se veicula algo que não é verdadeiro, alguém sempre acaba pagando a conta. Os jornais focalizaram na semana que passou uma notícia que surpreendeu muita gente no País, e não surpreendeu muita gente aqui no Paraná. Quem conhecia a história verdadeira não ficou surpreso, mas quem não conhecia ficou surpreso. A notícia foi veiculada na semana que passou, a Rede Globo teve que pedir perdão, teve que interromper o Jornal Nacional para dizer: erramos, houve um erro, o Porto de Paraná não é aquilo que nós estávamos falando. É duro ouvir isso, é duro analisar tudo isso neste momento. Durante a campanha política nós vimos que nesta Casa todos os dias tinha um discurso contra o Porto de Paranaguá, todas as matérias exibidas na televisão durante o horário eleitoral atacavam o Porto de Paranaguá, todas as notícias. E agora quem é que paga o prejuízo, Deputado Vanderlei Iensen? Porque é muito fácil atacar, e o ataque, quando político, é muito pior, porque os estragos podem ser maiores do que se possa imaginar. Durante a campanha política no rádio, na televisão, nos jornais, nos panfletos, em todos os lugares havia uma crítica ao Porto de Paranaguá.

E agora quando a toda poderosa Rede Globo interromper, o jornal mais tradicional do País e diz que errou eu pergunto: quem para o prejuízo? Quem paga o prejuízo político, o prejuízo moral, o prejuízo financeiro que o Porto teve? Podia ter ganhado mais! O Porto faturou bem mas podia ter faturado mais se não fossem as notícias ruins veiculadas e o comentário que o Porto estava mal administrado. Passou a eleição, veio, ainda que bem, mais tarde, mas veio o reconhecimento do erro. Agora, quem paga a conta? O jornalista que fez a matéria? O editor da matéria a nível regional? O editor a nível nacional? Não, apenas um pedido de desculpas em rede nacional!

Um prejuízo que poderia ter custado muito mais do que uma eleição, porque o Porto de Paranaguá, por estar lá o irmão do Governador, foi o mais atacado, era todos os dias, ataques e mais ataques em cima do Porto de Paranaguá!

Eu deixo, nessa tarde, essa reflexão, a imprensa deve ser livre, a imprensa deve ter liberdade mas, acima de tudo, deve ter responsabilidade!

Nós voltaremos a este tema hoje ou nos próximos dias e gostaria de ouvir hoje: - será que não tem mais alguém que precisa pedir desculpas? Sr. Presidente, só para deixar esta pergunta, quando erramos é preciso pedir desculpas, meio que tarde mas é importante, porque errar é humano, permanecer no erro é burrice!

Obrigado, Sr. Presidente!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Bloco PP/PSB, Deputado Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vi, o Brasil viu e nós que vivemos no Paraná temos visto e temos vivido o Porto de Paranaguá. A Globo mostrou, sim, que o Porto de Paranaguá tinha filas, que o Porto de Paranaguá era ineficiente, que o Porto de Paranaguá não atende a demanda dos exportadores e dos importadores. A Globo mostrou, sim, que o Porto de Paranaguá, comandado pelo Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, não é um porto eficiente, moderno e capaz de atender as necessidades da produção nacional e da produção que vem de outros países como Bolívia e do próprio Paraguai.

A Globo mostrou e fez depois para dar a informação que não tinha fila e terminou lá mostrando que não tinha fila, não pela eficiência do Porto de Paranaguá mas pela eficiência dos Portos de São Francisco e de Itajaí. A correção foi para dizer que as filas existentes eram dos

anos anteriores e aí diz que agora não tem fila porque não tem mais gente que quer exportar pelo Porto de Paranaguá, então não tem fila!

A tal retratação anunciada é a confirmação da decadência de uso do Porto de Paranaguá e é uma decadência vista pelo povo paranaense, vista pelo povo dos Estados do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, de Goiás, Minas, São Paulo, Paraguai e da Bolívia que não vêm usando o Porto de Paranaguá para atender o seu desejo de fazer ali mais exportações e importações. E o Porto está decadente sim. Está decadente, porque o homem que administra o Porto de Paranaguá, o Sr. Eduardo Requião é um homem avesso ao trabalho, a vontade de trabalhar e de servir a causa do povo paranaense a que se propôs. Ora, o médico que já foi Secretário do Meio Ambiente e agora é Diretor do Porto não entende das profundezas do mar e nem de navios e da gerência administrativa daquele ambiente em que se encontra.

Nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vimos durante a discussão feita lá em Paranaguá pelos portuários, pelos sindicatos, pelas cooperativas, pelas empresas que prestam serviços ao porto que o Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva não é a pessoa ideal para gerenciar aquele Porto de Paranaguá. Entendemos que o seu grau de parentesco com o Governador Requião deva ser o elo maior da ligação que leva este cidadão a ser o superintendente daquela autarquia, que não tem sido feliz no seu relacionamento...

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Scarpellini, estou ouvindo V. Exa. e admiro a sua luta e as convicções que tem. Mas olha Deputado, só para alertar, o Fantástico de ontem apresentou uma reportagem sobre o Porto de Paranaguá mostrando que é o Porto Público que maior investimento fez no Brasil. Mostrando inclusive os resultados altamente positivo no Porto de Paranaguá na sua organização e deve existir alguma competência de quem está dirigindo o Porto para merecer que o Fantástico faça uma reportagem reconhecendo.

Eu fico com a primeira reportagem, que foi de anteontem que disse que era incompetente, que o movimento era ruim e que não existia na verdade um relacionamento de modernidade entre o Superintendente da autarquia com os exportadores, com as cooperativas e com aqueles que usam e utilizam o Porto de Paranaguá. Entendo perfeitamente que se você quiser mostrar só o lado ruim você mostra e se você quiser mostrar só o lado bom você mostra. Mas ali no caso, o caso ali sendo discutido, nós sabemos das coisas negativas que levaram o Porto de Paranaguá a essa situação de descrédito perante a comunidade produtora e exportadora do Paraná e também dos Estados limítrofes como os Países que dividem espaço com o Brasil e que ocupam aquele porto para vender e exportar os seus produtos.

Então, acredito que o Porto de Paranaguá precisa ser realmente modernizado, porque os navios não querem mais atracar por lá, as empresas estão saindo de Paranaguá e do Paraná para outros Estados. O que nós vemos na verdade, portos mais próximos como Santos, São Francisco, Itajaí, ganhando espaços e espaços importantes nessa linha de exportação e importação que deveria ser feito por Paranaguá. Antonina que tinha um compromisso também de modernidade para atender aos navios de pequeno calado, continua sofrendo com a administração do Porto que não tem dado o devido valor e a devida estrutura para que tanto Antonina quanto Paranaguá pudessem acompanhar o desenvolvimento que ocorreu nos portos do mundo todo nessa última década.

Então, mostrar no Fantástico pura e simplesmente, fazendo algumas correções, não é o suficiente para atender à demanda exigente pelos grandes armadores internacionais e por todos aqueles que usam e utilizam o Porto de Paranaguá. Nós sabemos que os terminais não atendem às necessidades de exportação e importação, ficando navios ao largo, muitas vezes por dez, doze, treze dias esperando para poder atracar. Imaginem que um navio, para ir à Europa, demora quatro, cinco dias, no entanto, para poder desembarcar ou carregar em Paranaguá, demora três, quatro vezes mais do que isso.

Então realmente a modernidade deveria chegar com brevidade para poder atender à demanda de todo o sul do Brasil e dos países que também se utilizam do Porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, começa no abastecimento de água aos navios, que o Porto não tem estrutura para poder abastecer. É estrutura de entrada, de saída, de carregamento, de descarga. Enfim, o tratamento entre os sindicatos, os portuários e a Superintendência do Porto é uma coisa muito difícil. O relacionamento do Porto com a cidade passou a ser uma coisa praticamente impossível e assim sendo, o prejuízo é de todos os paranaenses e é principalmente, da economia paranaense e do povo paranguara.

Nós queremos sim um porto moderno e que Antonina também se modernize e entre na era do desenvolvimento. Não basta só o discurso e a troca de camisas que são feitas pelo Superintendente do Porto de Paranaguá, que não é dado muito ao trabalho e ao suor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Bloco PTB, PL e PRB.

Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou apaixonado pelo Porto de Paranaguá e quando a gente está apaixonado por algo, tem que falar, tem que propagar a paixão da gente. Isso é como o jovem quando se apaixona e está naquela fase da adolescência. Tem que colocar para fora a paixão. Eu não posso deixar de falar do Porto de Paranaguá, acompanhando atentamente as palavras do nosso Deputado Scarpellini. Eu não poderia deixar de voltar a esta tribuna, usando o Horário do nosso Partido para continuar fazendo aquelas perguntas e vou continuar fazendo por alguns dias, até porque o Jornal Nacional não falou só de filas. Falou que o Porto foi modernizado, que o Porto melhorou, que o Porto cresceu, que o Porto deu mais lucro.

Então quando você ouve durante toda a campanha, a gente que não é ligado a Paranaguá, você que não é ligado às questões, do dia-a-dia, da cidade, ao Porto, você fica analisando aqui, todo o dia “pau” no Superintendente lá do Porto. Todo o dia “cacete” nele. Era de manhã, de tarde e de noite, primeiro porque é irmão do Governador. Vamos aproveitar e vamos bater porque é irmão do Governador. Segundo, é período de eleição, da canela para baixo vale tudo. Vamos bater, vamos falar e eu só ouvindo ali. Eu não entendo nada de Porto. Eu ficava só ouvindo, todo dia “bordoadá” no Superintendente do Porto. Eu ficava olhando, só escutando. Todo dia tinha críticas pesadas e intensificaram quando veio o período da eleição, que daí só faltou crucificar o homem. Por que, o resto, todo dia, tinha crítica. Eu sentadinho ali, toda a sessão, nunca perdendo uma sessão, acompanhando, querendo entender o que estava acontecendo.

De um lado o dinheiro dizendo que o Porto tinha sido modernizado, que o Porto estava melhor, que tinha acabado a fila. Daí vinha do outro lado a resposta que não era verdade, era mentira do governo. O Superintendente é mentiroso. Todo o dia tinha isso. Mas, agora passou a eleição, e eu continuo sentadinho ali como sempre, aí essa semana eu vi, ninguém me contou, o diretor que apresenta, que comanda o Jornal Nacional, que raramente pede desculpas a alguém, vai a público e diz: o Jornal Nacional errou.

E daí quem paga o prejuízo? Porque quando a imprensa - bate aqui a resposta volta aqui - aí começa a confusão. Nós podemos até querer entender por que é que o Governador se exaltou naquela entrevista, que foi criticado porque se exaltou, porque brigou com os jornalistas. Uma única razão, Deputado Zucchinho.

Digam, por exemplo, que Deputado Zucchinho tem um problema que não é verdade, invente uma história dele e comece a falar para ver se não dói no coração. Claro que dói. Uma mentira colocada, muitas vezes ela atrapalha a vida de qualquer cidadão. Daí durante a campanha aquela batida diária. Todo dia crítica, crítica, crí-

tica. Chegam as eleições, o Governador ganha a eleição com uma pequena margem, mas vence as eleições. Convoça uma entrevista e desabafa, diz: “Olha, me machucaram, me judiaram”. Daí dá briga, dá confusão, a exaltação dos repórteres, do Governador, em função de quê? De alguma coisa mal colocada, de uma notícia não bem transmitida, de uma mentira colocada, de uma mentira que foi cada vez mais aumentando, aumentando, aumentando e o resultado está agora aqui.

O William Bonner, o todo poderoso da Rede Globo: o Jornal Nacional errou.

Quem é que paga o prejuízo? O político. A Globo já pediu desculpas, está bom.

Quando é para dar uma “cacetada” é uma reportagem muitas vezes gravada ao vivo, ou seguido depois de um comentário. Mas, quando é para pedir desculpas: desculpa.

Só isso, nada mais. É assim a imprensa, infelizmente. Nem toda, mas uma grande parte faz isso, bate, bate, para virar notícia, para vender. Mas, quando há o erro, na hora que se comprova que errou, bota lá: erramos. Num cantinho lá embaixo da página do jornal, ou coloca lá: o Jornal Nacional pede desculpas, erramos, nos perdoem senhores.

O que é isso! Mas, muita gente criticou o Porto. Eu já vi aquilo. Quero cumprimentar o Deputado Scarpellini que teve a coragem de subir na tribuna. Perguntei aqui que tem mais gente que tem que falar desse caso. O Deputado Scarpellini foi lá e falou. Tem mais gente que precisa subir na tribuna e pelo menos continuar dizendo que está errado o Porto. Porque se calar é algo que não se deve. O mais importante é subir. Olha, errei! Eu pelo menos não sou perfeito. Cometo meus erros como qualquer ser humano comete. Políticos, pessoais, todo mundo erra. Quando erro, a melhor forma é pedir desculpas. Dizer que errei, fiz uma burrada. Duro é persistir com o erro. Se a Rede Globo que é o maior veículo de comunicação, que acho que é o maior poder, põe Governo, tira Governo, xinga Governo, elogia Governo, é a maior ditadura imposta nesse país, a ditadura legalizada nesse país. Tira e põe quem quer. Ninguém tem coragem de falar isso.

Quem sabe agora suba um dos nossos aqui, alguém que pergunte à Rede Globo em Brasília quanto que ela fatura por mês, a nível Municipal, Estadual e Federal, de todas as Instituições Brasileiras.

Será que se cortasse aquela tetinha lá não daria para acabar com a fome nesse país, que é tanto reclamado. É uma boa pergunta a se fazer. Será que se diminuísse a verba oficial, este país não melhorava? Boa pergunta para a gente analisar. Se desse uma segurada nessas verbas, será que não sobrava mais dinheiro para as rodovias, para a saúde principalmente que não anda bem, para gerar trabalho para o povo? Infelizmente não conheço ninguém, nenhum Deputado que tenha conseguido aprovar em Brasília um pedido de informação. Quanto ganha a Rede Globo do Governo Federal? Nin-

guém tem coragem de fazer esse requerimento. Ou quem sabe apareça alguém que faça esse pedido e mostre ao povo brasileiro quanto eles recebem.

Para finalizar, está na hora de se aplaudir o Porto de Paranaguá. Não entendo nada de Porto. Vou usar um termo bem popular que o Carlos Simões adora, sou bem jacuzão de Porto de Paranaguá.

Sentado ouvi críticas, críticas, críticas, passou a eleição o Governo se defendendo. Não é verdade! Não é verdade! É mentira. Parou. Chegou o maior Poder da República e disse. - “Está certo o Porto de Paranaguá”. Acho que é melhor encerrar o assunto, porque a toda poderosa Rede Globo mandou encerrar o assunto. Está encerrado, o Porto está bom.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto as Lideranças.

(**Declinam**).

Passa-se a Ordem do Dia

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de Apoioamento. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de Apoioamento. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, com apoioamento do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de Apoioamento. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2405, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem à Lyon - França, no período de 25 de novembro a 08

de dezembro de 2006, como representante desta Casa, para integrar a comitiva do Sr. Governador do Estado na missão empresarial e institucional e reunião na Nasa, em Cabo Canaveral - EUA. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé, com sede no município de Santa Fé e foro no município de Astorga.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 239/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé, com sede no município de Santa Fé e foro no município de Astorga.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.11.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

Em votação. **Aprovado**.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação, com chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e sete (37) Srs. Deputados, com a chegada do Deputado Edson Strapasson, encontram-se presentes. Será feita a verificação de votação. **Aprovado**.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, estamos votando qual item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Item 01, projeto de autoria de V. Exa. Redação, Final do Projeto de Lei 239/06. **Está aprovado por unanimidade.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 442/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública a Associação de Ensino Oehninger, com sede no município de Braganey e foro na comarca de Corbélia. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 442/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Ensino Oehninger, com sede no município de Braganey e foro no município de Corbélia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.11.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 476/06, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, declarando de Utilidade Pública o CEMA - Centro Espírita Miguel Arcanjo, com sede e foro no município de Paranaguá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 476/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o CEMA - Centro Espírita Miguel Arcanjo, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.11.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 497/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declarando de Utilidade Pública a Associação Nuclear de Apoio as Pessoas

com Câncer do Paraná, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/06, de 10.10.06, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Terra Roxa - Apoter, com sede e foro no município de Terra Roxa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda, Srs. Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. **Aprovada.** Em votação o projeto. Em discussão. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 753/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre questões de convicção religiosa, acesso ao cargo público de direito à educação, na esfera do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/06, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Rádio Comunitária Nova Geração, com sede e foro em Jataizinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Pró-Vida de Assaí, com sede e foro no município de Assaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores de Iracema do Oeste - Agricema, com sede e foro no município de Iracema do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 767/05, de autoria da Deputada Elza Correia, fica instituído em caráter per-

manente, no calendário oficial de políticas públicas de cultura, o Programa Paranização, do Centro Cultural Teatro Guaíra. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 138/05, de 06.12.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 767/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva instituir, em caráter permanente, no calendário oficial de Políticas Públicas de Cultura, o Programa Paranização.

Fundamentação

O Programa Paranização visa produzir eventos que traduzam o potencial paranaense e que estimulem a criatividade, o desenvolvimento e a experiência, para oportunizar a ampliação do mercado de trabalho aos profissionais do Paraná, através do Centro Cultural Teatro Guaíra.

O artigo 25, parágrafo 1º da Constituição Federal estabelece o seguinte:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observado os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Assim sendo, em razão da competência residual dos Estados, não há nenhum obstáculo constitucional ou legal à tramitação do projeto de lei em tela, motivo pelo qual opinamos pela sua constitucionalidade.

Com relação a técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel ao município de Piraí do Sul. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 072/06, de 19.06.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 338/06

P A R E C E R :

Constitucionalidade e legalidade

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembleia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração

indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Neste contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, lei de responsabilidade fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 338/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 338/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel ao município de Piraí do Sul.

A proposição já recebeu parecer favorável da d. Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista que o imóvel deverá ser utilizado para abrigar a Casa da Cultura do município de Piraí do Sul.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 338/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia, autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, à Associação da Terceira Idade em Guaíra. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, de 20.06.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 350/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, tem por objetivo autorizar a cessão de uso de um

imóvel localizado no município de Guaíra, sob propriedade do Departamento de Estradas e Rodagem - DER/PR, para benefício da Associação da Terceira Idade de Guaíra.

Legitimidade e Legalidade

Há a previsão constitucional para a alienação ou cessão de uso dos bens do Estado, porém, desde que observados critérios rigorosos previstos em lei, senão vejamos:

Desse modo a Constituição Estadual veio estabelecer:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso)

Fica clarividente que o presente projeto veio atender á norma legal, encontrando-se em sintonia com ela.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto a lei de responsabilidade fiscal, Lei Complementar nº 101/00, bem como a iniciativa da Propositura, e também quanto à técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que o parecer desse Relator é pela aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 350/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, de imóvel, à Associação Terceira Idade do município de Guaíra.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista que o imóvel deverá ser utilizado, para assegurar o atendimento às necessidades básicas do idoso, bem como criar condições para exercício pleno de sua cidadania.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 350/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/06, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01.08.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 377/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a proceder a cessão de uso de imóvel situado em Curitiba para entidade sem fins lucrativos - a União Paranaense dos Estudantes.

Constitucionalidade e Legalidade

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Tendo em vista que estão preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Estadual, inclusive o requisito da destinação específica, e tendo em vista que o destinatário da doação é pessoa jurídica de direito interno, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quando à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em desconformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A violação à boa técnica legislativa se dá no tocante à cláusula de revogação, que, de acordo com o artigo 9º desta Lei Complementar, não pode ter caráter genérico.

Desta forma, em sede de análise prévia, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão desde que acolhida a emenda em anexo, com fins de sanar vícios de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 377/06

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei 377/06, que passa a ter seu texto com a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 377/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 377/06, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo autorizar a cessão, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista que o imóvel já é utilizado pela União Paranaense de Estudantes, nas instalações de sua sede administrativa.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 377/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/06, que objetiva

autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel, situado no município de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/06, de 03/10/06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 480/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica, situado no município de Curitiba, para a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, pelo período de cinco anos, podendo ser prorrogável. A cessão dá-se pela exclusividade para a instalação e manutenção da referida Associação.

Fundamentação

Preceitua a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede o imóvel a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.914/2002.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não está em conformidade com os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Para correção desse vício formal, sugerimos a adoção de emenda modificativa em anexo.

Conclusão

Em sede de análise prévia, concluímos que o Projeto de Lei nº 480/06 apresenta correta aplicação da técnica legislativa com a adoção da emenda modificativa em anexo, enquanto preenche todos os requisitos legais necessários ao seu normal seguimento.

Em se acolhendo a emenda sugerida, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 480/06

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, o artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoio: Hermes Fonseca

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 480/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 480/06, de autoria do Poder Executivo, que tem por objetivo autorizar a cessão de uso de imóvel, situado no município de Curitiba.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista, que o imóvel será cedido à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 480/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o Ressarcimento das Despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2006. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos

Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2006, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoio:

Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Ademar Traiano e Ailton Araújo.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 088/06

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 088/06, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2006, regulamentada pela Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

A matéria foi estudada com o devido empenho e atenção que lhe é exigida, do que demonstra o relatório e o movimento para atender despesas constantes da proposição supra mencionada, e, como as contas apresentadas encontram-se corretas, decide este Relator pela aprovação das mesmas, pois atendem a regulamentação vigente.

Pelo exposto, este Relator conclui pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2381, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2382, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2383, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2384 a 2398, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2404 e 2410, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a presente Sessão, gostaria de reiterar a solicitação aos Srs. Líderes do PP,

PMDB, PFL, PDT, PSDB, PT, PTB e PPS, para indicar um membro partidário para constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito dos grampos telefônicos. Se não for indicado em quarenta e oito horas essa Presidência regimentalmente fará a indicação dos nomes.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 327, 490 e 494/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 767/05; 338, 350, 377, 480/06 e do Projeto de Resolução nº 017/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 109/06

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7230/06, de 31 de agosto de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de SERGIO ROBERTO DE OLIVEIRA, portador do RG nº 2.073.422-PR e do CIC 491.191.099-20, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, sob matrícula nº 40260, ocupante do cargo de Designer Gráfico NTC-03, lotado na Coordenadoria da Gráfica, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, os tempos de contribuição constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Comando da Aeronáutica, por um (01), e um (01) dia, período de 14.01.1981 a 14.01.1982; Móveis Curitiba Ltda, por dois (02)

meses e vinte e três (23) dias, período 08.02.1982 a 30.04.1982, Arapuã Importação e Comércio S/A, por um (01) ano, um (01) mês e vinte (20) dias, período de 12.07.1982 a 01.09.1983, contados para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.10.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 110/06

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7237/06, de 31 de agosto de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de ODETE SOSTITZKI, portadora do RG nº 3.069.672-PR e do CIC 514.567.459-72, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, sob matrícula nº 40815, ocupante do cargo de Revisor NUD-01, lotada na Coordenadoria da Gráfica, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, os tempos de contribuição constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços, contados para efeito de aposentadoria e disponibilidade a: Comasul Com. de Máquinas e Suprim. de Escritório Ltda, por três (03) meses e treze (13) dias, período de 01.06.1985 a 13.09.1985; Comasul Com. de Máquinas e Suprim. de Escritório Ltda, três (03) anos, dois (02) meses e quatorze (14) dias, período de 17.10.1985 a 30.12.1988; Karina Publicidade Ltda, por quatro (04) meses e vinte e um (21) dias, período de 10.01.1989 a 31.05.1989.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.10.06.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Hermes Fonseca, Delegado Bradock, Miltinho Pupio, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a pre-

sente reunião, colocando a Ata da última Reunião Extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 427/06 de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Sr. Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 431/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Barbosa Neto, relator, solicita a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria dos Transportes - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 451/06 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 146/06 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 353/06 de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 458/06 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 459/06 de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 460/06 de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 461/06 de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 462/06 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 463/06 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 464/06 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 465/06 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 350/06 de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Delegado Bradock - APROVADO. Requerimento do Deputado Reni Pereira solicitando inclusão de votação ao Projeto de Lei nº 568/06 - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 568/05 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Cida Borghetti, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães e Ratinho Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última Reunião Extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Antonio Anibelli. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 451/06 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca à emenda de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 452/06 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 453/06 de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Hermes Fonseca solicita VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 495/06 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto, lido pela Deputada Cida Borghetti - APROVADO. Requerimento do Deputado Hermes Fonseca solicitando inclusão de votação à Proposição Veto nº 86/06 - APROVADO; 05) Proposição Veto nº 086/06, de autoria do Poder Executivo, veta parcialmente o Projeto de Lei nº 244/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 239/06 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 327/06 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 389/06 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 392/06 de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 442/06 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 471/06 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 476/06 de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 486/06 de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida

Borghetti - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 490/06 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 491/06 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 492/06 de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 493/06 de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 494/06 de autoria do Deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 497/06 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Cida Borghetti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e seis, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, com as presenças dos Srs. Deputados Marcos Isfer, Barbosa Neto, Duílio Genari e Nelson Garcia, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 482/06 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/06. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

